

Maria Manuela Tavares Ribeiro

Coordenação



utros Combates  
pela História

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Email: [imprensauc@ci.uc.pt](mailto:imprensauc@ci.uc.pt)  
URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)  
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.com>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

António Barros

ORGANIZAÇÃO DOS TEXTOS

Isabel Maria Luciano  
Marlene Taveira

PRÉ-IMPRESSÃO

António Resende  
Imprensa da Universidade de Coimbra

EXECUÇÃO GRÁFICA

SerSilito • Maia

ISBN

978-989-26-0041-3

DEPÓSITO LEGAL

.....

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:

2



CEIS 20  
CENTRO DE ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES  
DO SÉCULO XXI  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

PROGRAMA OPERACIONAL CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO DO QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO III



Maria Manuela Tavares Ribeiro  
Coordenação



utros Combates  
pela História

**HISTÓRIA E ORGANIZAÇÕES**  
**ECONÓMICAS E SOCIAIS**

A HISTÓRIA ECONÓMICA, SOCIAL E DAS ORGANIZAÇÕES:  
CRISE, ESTAGNAÇÃO OU RETOMA?

1. Introdução

Na qualidade de comentador das comunicações apresentadas no âmbito do Painel «História e organizações económicas e sociais» do Colóquio Internacional «Outros combates pela história», cabe-me reflectir sinteticamente sobre a situação actual dos estudos de história económica, social e das organizações; acerca das perspectivas assumidas pelos quatro investigadores e docentes que procuraram caracterizar e analisar a evolução recente deste(s) subuniverso(s) historiográfico(s). Gostaria, no entanto, de começar por explicitar algumas referências de cariz mais pessoal e afectivo.

É com orgulho que participo num evento científico comemorativo dos dez anos de existência do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra. Mau grado as suas limitações — resultantes dos bloqueios impostos pelo contexto envolvente e das nossas opções como investigadores —, trata-se, indiscutivelmente, de uma experiência positiva e de um espaço de trabalho operativo, hoje liderado pela Prof<sup>a</sup>. Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro. Saúdo, também, o Prof. Doutor Luís Reis Torgal, meu professor e individualidade marcante do Grupo de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, fundador e primeiro Coordenador Científico do CEIS20 da UC.

Destaco, igualmente com satisfação, o facto de integrar um painel de estudiosos constituído, quer pelo Prof. Doutor José Amado Mendes (orientador dos meus projectos de mestrado e doutoramento), quer pelos colegas Alda Mourão, Álvaro Garrido e António Rafael Amaro. Para além das respectivas qualidades como académicos (investigadores, docentes e gestores), evoco a partilha de vivências nos âmbitos da formação graduada e/ou pós-graduada, do desempenho profissional em instituições de ensino superior e/ou no Grupo de História Económica, Social e das Organizações do CEIS20 da UC.

Quanto à área de estudo em apreço, poderá afirmar-se que atravessou, desde o início da década de 1980, uma conjuntura de menor visibilidade e de significativas dificuldades internas. Centrada na análise dos grandes fenómenos económicos e sociais, foi associada ao marxismo e ao «paradigma moderno» num período de hegemonia dos valores ideológicos de centro/direita e do «subjectivismo pós-moderno». Sofreu as

consequências da «guerra fria» entre historiadores (sobretudo ligados à «história nova») e economistas que se interessam «pelo passado», muitas vezes influenciados pelos pressupostos da «new economic history» (enquanto «econometria retrospectiva»). Exigia, ainda, um volume de pesquisa empírica e um esforço de estruturação teórica dificilmente compatíveis com os critérios então dominantes de «elevada produtividade científica» e de «adaptabilidade à procura de discursos historiográficos».

Mais recentemente, verificou-se um intensificar da «crítica neomoderna» ao «paradigma pós-moderno», ou seja, quer ao relativismo e ao «neo-empirismo», quer a novas modalidades de «instrumentalização cientista», agora em favor do legitimar de uma «gestão neoliberal» do capitalismo e de uma «condução unilateral» de um sistema unipolar de relações internacionais. De forma conjugada, a afirmação de temáticas e metodologias de menor dimensão ou focalizadas em «objectos consensualizados» — história das empresas e de outras organizações, história das mulheres e de grupos socioprofissionais, história do desenvolvimento regional e de minorias étnico-religiosas — parecem ter viabilizado o ampliar da atractividade académica e do «impacto mediático» da história económica e social.

Tal como ao longo da «Grande Depressão» dos anos trinta do século XX, a ameaça do «terrorismo globalizado» e a «Crise de 2008» estarão hoje a potenciar a revitalização do interesse mesmo por «problemáticas clássicas» como são a história do pensamento económico e do subdesenvolvimento; a história das crises financeiras, económicas, sociais e políticas; a história do «Estado-Providência» e das «economias de guerra». Caberá, pois, aos historiadores aproveitar uma tal «janela de oportunidade» sistematizando as virtualidades do «pluralismo teórico-metodológico» e da cooperação interdisciplinar; demonstrando a relevância da investigação em ciências sociais e nas tecnologias delas derivadas.

## 2. Intervenções

Em «História empresarial: da monografia apologética ao instrumento de gestão estratégica», José Amado Mendes descreveu as transformações e permanências daquela vertente da história económica e social desde os finais do século XIX/inícios do século XX até à actualidade. Ter-se-ia partido de uma configuração embrionária, marcada pela escassa valorização historiográfica dos fenómenos económicos e sociais; pelo carácter empirista e laudatório das «narrativas eruditas» propostas; em sentido contrário, por uma «condenação moral dos patrões e das empresas», encarados somente como agentes e locais de exploração e de alienação.

Ainda sob o predomínio de posturas ideológicas hostis aos valores do «capitalismo liberal», ter-se-ia verificado, depois, a afirmação de correntes historiográficas que atribuíam maior destaque às vertentes económica e social da realidade; a concretização de projectos de investigação que apresentavam as empresas como espaços complexos e nucleares onde é possível identificar inovação ou rotina, promoção socioprofissional ou dominação, cooperação ou conflito, decisão efectiva ou mera execução de orientações políticas definidas à escala nacional e global, criação de novas identidades ou construção do futuro a partir da reflexão sobre as experiências acumuladas.

Nas últimas décadas, perante a supremacia do pensamento económico monetarista e de «mundividências reformistas ou conservadoras», os empresários/os administradores

e as empresas voltaram a ser perspectivados como «heróis colectivos» e «agentes promotores de crescimento económico», merecedores de destaque por parte das ciências sociais. Em muitas empresas, a história e a arqueologia industrial passaram a contribuir para o reforço da importância da «cultura organizacional» enquanto instrumento de gestão interna e de relacionamento com o meio exterior.

Inversamente ao que tem vindo a ocorrer nos países mais desenvolvidos, em Portugal a generalidade das empresas continua a ignorar as potencialidades da «nova historiografia» e da salvaguarda do património industrial ou a optar por um registo de auto-elogio sempre que promovem a apresentação de leituras sobre o seu próprio passado. Escasseiam, pois, as monografias estruturadas em termos científicos, os arquivos históricos, as iniciativas expositivas baseadas nos pressupostos da «nova museologia», as estratégias de gestão fundadas na rentabilização objectivante da identidade histórica das organizações.

Sob o título «A criação da imagem empresarial através da publicidade», Alda Mourão considerou, essencialmente em termos teóricos e metodológicos, as problemáticas da cultura organizacional e da imagem empresarial, da utilização que os agentes económicos fazem da publicidade. Esboçou, depois, os vectores fundamentais de um projecto de investigação, ainda em curso, centrado no *Boletim da Câmara Portuguesa de Comercio e Indústria*, órgão oficial da Câmara Portuguesa de Comercio e Indústria do Rio de Janeiro nos anos de 1913 a 1931. O objectivo seria o de reconstituir e analisar a forma como, durante a Primeira República e a Ditadura Militar, empresas portuguesas se apresentaram «às autoridades» e ao(s) público(s) brasileiro(s).

Para além de questões relacionadas com o estudo de um determinado objecto empírico — a Câmara Portuguesa de Comercio e Indústria do Rio de Janeiro —, sistematizaram-se informações acerca do modo como os historiadores das empresas (e outros) podem trabalhar núcleos documentais associados a temáticas como a cultura organizacional e a imagem empresarial, a publicidade e o associativismo patronal. Chamou-se, igualmente, a atenção para a pertinência de utilizar instrumentos de investigação concebidos por e de estabelecer laços de colaboração interdisciplinar com especialistas em economia e gestão, sociologia e antropologia, psicologia e jornalismo, *marketing* e publicidade.

Em «Estado Novo e corporativismo. Um programa de estudo em história económica e das instituições», Álvaro Garrido salientou a importância das vertentes político-administrativa, social e ideológica mesmo quando se estudam «temáticas económicas». Se, por norma, todos os «fenómenos económicos» devem ser correlacionados com outros vectores da «realidade global», em muitas sociedades as actividades económicas foram ou são deliberadamente subordinadas a valores e objectivos diferentes dos que correspondem à vigência exclusiva ou, mesmo, ao domínio do modo de produção capitalista.

Durante uma grande parcela do século XX, Portugal teria vivido sob regimes políticos — a Ditadura Militar e o Estado Novo — que encontraram no «corporativismo de Estado», no «proteccionismo não autárquico» e no «colonialismo defensivo» instrumentos, por um lado, de anulação ou atenuação dos efeitos desagregadores que o «capitalismo liberal» tinha nos tradicionais equilíbrios sociais, políticos e culturais lusos; por outro, de regulação totalitária ou autoritária entre interesses contraditórios: «do capital e do trabalho», dos diversos segmentos das elites económicas, do poder político e dos particulares (associações patronais e empresas, nacionais e estrangeiras).

Os aspectos eventualmente menos aprofundados pelos investigadores que, desde a década de 1970, analisam o comportamento das regionalidades económica e social ao longo das etapas ditatoriais do século XX português terão a ver com as implicações socioeconómicas da repressão e das modalidades oficiais ou oficiosas de enquadramento das «classes trabalhadoras», com o relacionamento entre os Governos e as «associações patronais generalistas» (Associação Industrial Portuguesa e Associação Industrial Portuense, Associações Comerciais de Lisboa e do Porto), com as parcerias externas toleradas ou procuradas pelo Estado e por empresas nacionais (no «Império» e nas «Províncias Ultramarinas», em outros países da Europa e nos EUA, na OECE e na EFTA ou na CEE).

Sob o título «As empresas como objecto da história: de locais de alienação a espaços de culto», António Rafael Amaro voltou a abordar as problemáticas da história empresarial e da cultura das organizações. Tendo começado por referenciar e contextualizar o aumento do destaque e a melhoria da imagem pública dos gestores e das empresas — ocorrido nas últimas décadas —, focalizou a atenção na análise dos argumentos que poderão levar os agentes económicos a investir no estudo da sua história, na salvaguarda do seu património cultural (em sentido amplo) e na ligação de ambos a uma cultura organizacional menos unilateral ou alienante.

Face à evidência de que muitos dos indivíduos e das organizações são forçados a ou optam por assumir posturas «menos responsáveis em termos éticos», a generalização de tecnologias derivadas da história e de outras ciências sociais (economia, geografia e sociologia, antropologia e psicologia) dependeria da demonstração da respectiva eficácia económica. Convergentemente, os dados empíricos permitiriam afirmar que uma utilização objectivante da história das empresas e da arqueologia industrial contribui para a requalificação da cultura organizacional; para uma gestão mais justa e mobilizadora no plano interno, mais informada e criativa no que diz respeito ao contacto com os clientes efectivos ou potenciais.

### 3. Conclusão

A terminar este breve comentário, diria que as quatro comunicações apresentadas no Painel «História e organizações económicas e sociais» confirmaram e ilustraram, tanto a relevância científica e tecnológica da história económica, social e das organizações, como alguns dos novos subuniversos de análise e intervenção entretanto delimitados. Lembraram, também, os factores que ajudam a compreender a «crise de visibilidade» que afectou a história económica e social desde os anos oitenta do século XX; as vantagens do estabelecimento de laços paritários de cooperação com outras áreas de conhecimento científico (interdisciplinaridade multilateral).

Enquanto amostra da investigação e da divulgação científicas hoje geradas nos âmbitos temáticos em apreço, as intervenções produzidas referem-se pouco, no entanto, à história social (ou das organizações sociais e das respectivas interações com os mecanismos económicos). Os associativismos empresarial e socioprofissional, a situação das mulheres e os fenómenos migratórios, os grupos étnico-religiosos e as organizações confessionais de enquadramento do laicado têm merecido, nos últimos anos, uma atenção que não foi reflectida pelo painel apenas devido aos critérios não sistemáticos da sua estruturação.



Série  
Documentos

•

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Coimbra University Press

2010

